

## **DECRETO Nº 11.300, DE 22 DE MAIO DE 2018.**

### **HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.**

O Prefeito de Itajaí, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, inciso VII, bem como o art. 57, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 6.848, de 18 de dezembro de 2017, e ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 0380104/2018, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de maio de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI  
Prefeito Municipal

GASPAR LAUS  
Procurador-Geral do Município

#### **ANEXO ÚNICO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**

#### **TÍTULO I DO CONSELHO**

##### **Capítulo I DA NATUREZA**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social, instituído pela Lei nº 6.848, de 18 de dezembro de 2017, como órgão superior de deliberação colegiada com a participação paritária entre o governo e a sociedade civil, de caráter permanente, descentralizado e participativo no Sistema Único de Assistência Social do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

##### **Capítulo II DOS CONSELHEIROS**

Art. 2º Constitui serviço público relevante a função de conselheiro e seu exercício terá prioridade sobre qualquer cargo ou função pública, sendo consideradas justificadas as ausências no serviço quando determinadas pelo comparecimento às sessões do CMAS, reuniões de comissões, participações em diligências ou convocação para trabalho específico.

Art. 3º As despesas relativas a viagens de conselheiros e funcionários da Secretaria Executiva, previamente autorizadas, para participação em eventos relativos aos objetivos do CMAS, serão ressarcidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social -

FMAS e/ou Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS incumbe:

- I - comparecer às reuniões plenárias, justificando as faltas quando ocorrem;
- II - assinar no livro próprio sua presença na reunião a que comparecer;
- III - solicitar à Mesa Diretora do CMAS a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejar discutir;
- IV - propor convocação de sessões extraordinárias;
- V - relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentação, dentro de no máximo de 15 (quinze) dias;
- VI - solicitar a prorrogação do prazo regimental com justificativa por escrito e antecedência de no mínimo 02 (dois) dias;
- VII - assinar os atos e pareceres dos processos em que for relator;
- VIII - declarar-se impedido de proceder a relatório e participar de comissões, justificando a razão do impedimento;
- IX - pedir vistas de processos em discussão, apresentando parecer e desenvolvendo-os no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou requerer adiamento da votação;
- X - propor emenda ou reforma no Regimento Interno;
- XI - requerer votação de matéria em regime de urgência;
- XII - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos de interesse da assistência social;
- XIII - deliberar propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas comissões e conselheiros;
- XIV - propor criação de comissões, indicar nomes para elas e delas participar;
- XV - exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras funções designadas pelo plenário;
- XVI - participar em eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de assistência social, mantendo-se atualizado.

Art. 5º Em caso de vaga do conselheiro titular o suplente será nomeado para completar o mandato do substituído.

Art. 6º No caso de falta de conselheiro titular o Presidente convocará o suplente.

Parágrafo único. O conselheiro titular que vir a se ausentar ou faltar comunicará o fato a seu suplente, ou entidade suplente, bem como ao Presidente do CMAS.

Art. 7º Independente da ausência do titular os suplentes deverão ser convidados a participar das plenárias as quais serão divulgadas.

Art. 8º Nas ausências ou impedimentos dos conselheiros devem assumir os seus suplentes, quando se tratar de entidade governamental, quando representante da sociedade civil, em caso de vacância da suplência, segue a ordem numérica, definida em foro próprio.

Art. 9º O representante da entidade governamental pode ser substituído a qualquer tempo mediante nova indicação do órgão representado.

Art. 10 Perde o mandato, vedada à recondução para o mesmo período, o conselheiro que, no exercício de sua função falta a 03 (três) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) alternadas, salvo justificativa escrita aprovada pela plenária.

Parágrafo único. Os suplentes deverão ser convidados sempre que se reunir o conselho, poderão participar dos assuntos e matérias discutidas, porém, só votarão quando substituindo os titulares.

### Capítulo III

#### DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 11 São órgãos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões;
- IV - Secretaria Executiva.

#### Seção I

##### Do Plenário

Art. 12 O Plenário é o órgão deliberativo do CMAS, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros.

Art. 13 O CMAS reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício, ou extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente e/ou de um terço de seus membros, observando, em ambos os casos, o prazo de no mínimo 07 (sete) dias para a convocação da realização da reunião.

Art. 14 Cabe ao Plenário:

- I - deliberar sobre os assuntos de sua competência, propor e aprovar os devidos encaminhamentos e deliberação do CMAS;
- II - aprovar a criação e dissolução das comissões temáticas, grupos de trabalho, suas respectivas competências, sua composição, procedimentos e prazo de duração;
- III - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos e os critérios de sua partilha;
- IV - acompanhar a execução do Plano de Assistência Social e da aplicação dos recursos do FMAS destinados à área da assistência social;
- V - eleger a Mesa Diretora do CMAS;
- VI - apreciar e deliberar sobre todos os assuntos e matérias de competência do CMAS e na legislação de assistência social vigente.

§ 1º As assembleias gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria simples de seus membros, desde que obedeça à paridade.

§ 2º A matéria em pauta não deliberada permanece nas pautas das reuniões subsequentes até a sua deliberação.

§ 3º O Plenário será presidido pelo Presidente do CMAS que em sua falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, nesta ordem.

§ 4º As deliberações serão tomadas por maioria simples.

§ 5º A votação será aberta e cada membro titular terá direito a um voto.

§ 6º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata de reunião a pedido do membro que o proferiu.

§ 7º As reuniões do CMAS serão divulgadas aos serviços que compõem a REDE SUAS através de correio eletrônico.

Art. 15 As manifestações do CMAS se darão mediante pareceres e resoluções proclamadas pelo Presidente com base nos votos da maioria simples.

Art. 16 Os trabalhos do Plenário obedecerão:

- I - verificação de quórum para a instalação dos trabalhos;
- II - leitura, apreciação e votação da ata da reunião plenária anterior;
- III - discussão e aprovação da agenda;
- IV - momento das comissões e da Mesa Diretora - avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e outros documentos de interesse da plenária;
- V - relatos de processos;
- VI - agenda livre para, a critério do Plenário, serem debatidos ou levados ao conhecimento da assembléia geral assuntos de interesse geral;
- VII - encaminhamentos;
- VIII - encerramento.

§ 1º A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem:

- I - o Presidente dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer por escrito;
- II - durante a exposição da matéria pelo relator, que não poderá exceder de 15 (quinze) minutos, não serão permitidos apartes;
- III - terminada a exposição da matéria pelo relator, a matéria será colocada em discussão sendo assegurado o tempo de 02 (dois) minutos para cada membro do conselho inscrito usar a palavra;
- IV - o Presidente poderá conceder prorrogação do prazo fixado no inciso anterior, por solicitação do debatedor;
- V - considerando necessário, o Presidente pode submeter a discussão e votação matéria relevante sem designar relator.

§ 2º A leitura do parecer do relator poderá ser dispensada a critério da relatoria, se previamente, com a convocação da reunião, tenha sido distribuída cópia do parecer a todos os conselheiros.

Art. 17 A Ordem do Dia, organizada pela Mesa Diretora juntamente com a Secretaria Executiva, será comunicada previamente a todos os conselheiros juntamente com a convocação ordinária e extraordinária.

§ 1º Em caso de urgência ou relevância, o Plenário do CMAS por voto da maioria simples, poderá alterar a Ordem do Dia.

§ 2º Os itens constantes da Ordem do Dia deverão ter afinidade com as competências do Conselho.

Art. 18 O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vistas da matéria.

Art. 19 A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, a qual deverá ser assinada pelos conselheiros presentes, e posteriormente, arquivada na Secretaria Executiva do CMAS.

Art. 20 As datas de realização das reuniões ordinárias do CMAS serão estabelecidas em cronograma e sua duração será julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimento em data e hora a serem estabelecidas pelos presentes.

Art. 21 É facultado a qualquer interessado o pedido de reexaminar qualquer resolução exarada na reunião anterior, por parte do Plenário, justificando possível ilegalidade, incorreção técnico-administrativo-financeiro.

## Seção II

### Da Mesa Diretora

Art. 22 A Mesa Diretora deverá ser composta por representantes do governo, no percentual de 50% (cinquenta por cento), e, no mesmo percentual, por representantes da sociedade civil, com o(a) Presidente eleito(a), entre os seus membros, em reunião plenária, recomendada a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-Presidência, em cada mandato, sendo permitido uma única recondução.

§ 1º A Mesa Diretora é composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1º Secretário;
- IV - 2º Secretário.

§ 2º A recondução de que trata o caput refere-se ao mesmo cargo.

Art. 23 A eleição da Mesa Diretora dar-se-á no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a posse dos conselheiros.

Parágrafo único. As inscrições dos conselheiros candidatos à Mesa Diretora deverão ser entregues ao Presidente ou sucessor, no caso de reeleição, no início da plenária que realizará o processo eleitoral.

Art.24 Compete à Mesa Diretora na função de coordenadora das ações político-administrativas do CMAS:

- I - dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do CMAS;
- II - observar o quórum conforme Art. 14 deste Regimento, para a realização de suas decisões.

### Subseção Única

#### Atribuições

Art. 25 Ao Presidente do CMAS incumbe:

- I - representar judicial e extrajudicialmente o conselho;
- II - convocar e presidir as reuniões do CMAS, tomando parte nas discussões e votações com direito a voto;
- III - submeter à Ordem do Dia a aprovação do Plenário do CMAS;
- IV - assinar as resoluções do CMAS;

- V - homologar os nomes dos integrantes de comissões e eventuais relatores, bem como, distribuir matérias;
- VI - delegar competências, desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;
- VII - submeter à apreciação do Plenário a programação orçamentária e a execução físico-financeira do FMAS;
- VIII - submeter ao Plenário ou Mesa Diretora os convites para representar o CMAS em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais e apresentar formalmente o nome do conselheiro escolhido;
- IX - divulgar assuntos deliberados pelo Conselho;
- X - decidir sobre questões de ordem;
- XI - exercer outras funções definidas em lei ou regulamento;
- XII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Mesa Diretora e assinar correspondência oficial do conselho;
- XIII - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, de acordo com a aprovação do Plenário.

Parágrafo único. O Presidente do CMAS, no desempenho de suas atribuições, devera dar cumprimento integral ao contido neste artigo, sob pena de descumprimento de lei.

Art. 26 Ao Vice-Presidente incumbe:

- I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário;
- IV - participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- V - participar das comissões especiais, quando indicado pelo Presidente e Plenário.

Parágrafo único. O Vice-Presidente completará o mandato do Presidente em caso de vacância.

Art. 27 São atribuições do 1º Secretário:

- I - secretariar as sessões do CMAS;
- II - responsabilizar-se pelas atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III - substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos e o Presidente na falta de ambos, ou em caso de vacância até que o CMAS eleja os novos titulares;
- IV - encaminhar, junto a Secretaria Executiva, a execução das medidas aprovadas pelo Plenário;
- V - examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário dando cumprimento aos despachos neles proferidos;
- VI - prestar, em plenária, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos conselheiros;
- VII - elaborar, em conjunto com a Secretaria Executiva, e submeter à Mesa Diretora a pauta das reuniões plenárias;
- VIII - assessorar e supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva.

Art. 28 São atribuições do 2º Secretário:

- I - substituir o 1º Secretário em seus impedimentos ou ausências, com todas as atribuições inerentes ao cargo;
- II - substituir o 1º Secretário nos casos em que este venha a substituir o Vice-Presidente ou o Presidente;
- III - completar o mandato do 1º Secretário em caso de vacância.

### Seção III Das Comissões

Art. 29 O CMAS poderá constituir comissões por decisão do Plenário, cuja competência será:

- I - analisar o diagnóstico das condições econômico-social do Município;
- II - auxiliar o CMAS na definição de prioridades, diretrizes e critérios para o Plano Municipal de Assistência Social;
- III - fornecer subsídios para o acompanhamento e a execução do Plano Municipal de Assistência Social, bem como acompanhar as ações de atendimento executadas por outros setores públicos;
- IV - colaborar na realização da Conferência Municipal de Assistência Social que será realizada bienalmente;
- V - subsidiar o CMAS em ação deliberativa na política de assistência social e em atos normativos;
- VI - elaborar pareceres sobre assuntos que lhe forem submetidos e auxiliar relatores designados pela plenária;
- VII - redigir relatórios e avaliar atividades da comissão;
- VIII - subsidiar as organizações governamentais e organizações não governamentais com vistas ao aprimoramento das ações considerando as deliberações do CMAS.

Art. 30 As comissões e sua composição serão definidas pelo Plenário e constituídas por seus próprios membros, titulares ou suplentes.

Parágrafo único. As comissões serão constituídas de forma paritária e dirigidas por coordenador eleito entre seus membros, sendo criadas tantas comissões especiais quanto forem necessárias.

Art. 31 Ao coordenador da comissão compete:

- I - coordenar a reunião da comissão;
- II - assinar as atas das reuniões, propostas, pareceres e recomendações elaboradas pela comissão encaminhadas ao Secretário do CMAS;
- III - solicitar à Secretaria Executiva do CMAS o apoio necessário ao funcionamento da respectiva comissão.

Art. 32 A estrutura organizacional e o funcionamento de cada comissão serão estabelecidos por resolução aprovada em Plenário.

Art. 33 O CMAS poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos.

Art. 34 Consideram-se colaboradores do CMAS entre outros: as instituições de ensino, pesquisa e cultura, as organizações não governamentais, especialistas e profissionais da administração pública e privada, prestadores e usuários da assistência social.

Art. 35 As comissões poderão ser convocadas para assessorar a Mesa Diretora e as reuniões do Plenário e para se pronunciar quando solicitadas pelo Presidente do CMAS.

### Seção IV

## Da Secretaria Executiva

Art. 36 À Secretaria Executiva compete:

- I - manter cadastro atualizado das entidades e organizações de assistência social bem como dos conselheiros;
- II - articular o apoio administrativo nas ações do CMAS;
- III - acessar os sistemas de informações municipais, estaduais e federais da área da assistência social;
- IV - enviar convocações para os conselheiros sobre reuniões do CMAS sejam ordinárias, extraordinárias, comissões, entre outras, convocadas pelo Presidente;
- V - manter arquivos, assentamentos, e correspondências do CMAS;
- VI - providenciar as publicações das resoluções e pareceres do CMAS;
- VII - digitar e expedir a correspondência que deverá ser assinada pelo Presidente;
- VIII - participar e assessorar as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS;
- IX - prestar orientações aos conselheiros, entidades e serviços socioassistenciais;
- X - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela Mesa Diretora.

Art. 37 Ao apoio administrativo do CMAS compete:

- I - assessorar a Secretaria Executiva do CMAS;
- II - executar e apoiar administrativamente as ações do CMAS;
- III - organizar espaço físico, equipamentos e materiais para as reuniões do CMAS;
- IV - receber, arquivar e despachar ofícios, comunicações internas, correspondências e documentos;
- V - organizar e manter arquivos, assentamentos, e correspondências do CMAS;
- VI - executar atividades administrativas solicitadas pela Secretaria Executiva do CMAS.

## TÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

### Capítulo I DO PROCESSO DELIBERATIVO

Art. 38 A deliberação sobre políticas de assistência social terá por diretriz o estabelecido na legislação federal e estadual, e nas normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional e Estadual de Assistência Social.

Art. 39 As comissões do CMAS poderão proporcionar à Secretaria Municipal de Assistência Social elementos necessários à formulação do Plano Municipal de Assistência Social, de competência desta.

Parágrafo único. Com esta finalidade as comissões e o CMAS poderão proporcionar eventos e articulações teóricas para subsidiar seus indicativos e linhas de ação a serem propostos.

Art. 40 As comissões na definição dos mecanismos de controle e avaliação levarão em conta os instrumentos disponíveis pelo Município podendo sugerir a implantação de outros, dentro de um plano previamente discutido e aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 41 O CMAS visando subsidiar a proposta orçamentária da assistência social, incluindo as previstas pelos diversos setores das políticas públicas, poderá proporcionar



estudos e articulações interinstitucionais.

Art. 42 Os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social, a serem encaminhados ao CMAS pela Secretaria Municipal de Assistência Social, deverão vir acompanhados de uma análise contábil.

Parágrafo único. O CMAS poderá contribuir com subsídios para o estabelecimento do instrumental acima referido.

## Capítulo II

### DO MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ATENDIMENTOS

Art. 43 As ações de atendimentos na área de assistência social serão monitoradas pelo CMAS com a colaboração de órgãos governamentais e não governamentais.

Art. 44 Técnicos especializados poderão ser convidados pelo CMAS para assessoramento em matéria especializada, obedecidos os critérios previamente estabelecidos.

§ 1º O convite será homologado pela Mesa Diretora, a pedido das comissões ou Plenário.

§ 2º A formalização de convite poderá se dar a técnicos de entidades privadas, empresas públicas ou de economia mista, sem ônus para o CMAS.

## Capítulo III

### DA ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Art. 45 As despesas das ações efetuadas pelo CMAS deverão ser previamente apreciadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social antes de submetidas à apreciação do Plenário.

Art. 46 A Mesa Diretora poderá requerer apoio das entidades que compõem o CMAS visando à operacionalização de suas atividades.

## Capítulo IV

### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art. 47 A deliberação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social pelo CMAS deverá basear-se em processo com análise técnica dos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social contendo os seguintes conteúdos:

- I - características de programa, serviços, benefícios ou outros;
- II - metas e resolutividade;
- III - per capita, se houver;
- IV - cronograma de desembolso financeiro;
- V - parecer técnico-financeiro;
- VI - prioridades do Município.

Art. 48 Os processos serão encaminhados à Mesa Diretora do CMAS, que providenciará, junto às comissões, as apreciações necessárias.

Parágrafo único. As comissões disporão de no máximo 15 (quinze) dias, podendo nesse ínterim solicitar esclarecimentos.

Art. 49 Os processos que impliquem em liberação de recursos deverão possuir análise técnico-financeira por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, antes de submetida à apreciação do Plenário.

### TITULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50 Os casos omissos serão dirimidos na forma da lei ou pela plenária do CMAS.

Art. 51 O presente Regimento Interno:

I - entrará em vigor na data de sua publicação, mediante a aprovação da maioria simples e poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos conselheiros ou por solicitação da Mesa Diretora;

II - a aprovação do regimento interno será homologado por decreto municipal.

Art. 52 O servidor público da administração direta e indireta que convocado pela Mesa Diretora do CMAS para prestar serviços temporários, terá suas faltas justificadas, junto ao órgão ou entidade em que se encontra lotado, no tempo necessário a realização das atividades ou tarefas a que for designado, com seu manifesto consenso.

Art. 53 O ressarcimento de despesas, adiantamento ou pagamento de diárias e ajudas de custo, necessárias em razão de deslocamento de membros do CMAS, das comissões, servidores da Secretaria Executiva ou de servidor convocado para executar apoio técnico, processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas no Município em atos idênticos ou assemelhados.

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/06/2018*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*